



RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

Termo: Decisório

Pregão Eletrônico: 90004/2025

Processo administrativo: 23857.001243/2024-75

Assunto: Recurso administrativo

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços de preparo e fornecimento de refeições sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante o regime de concessão onerosa de espaço público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL).

Recorrente: TRISEVEN SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA

CNPJ: 08.420.393/0001-02

Recorrido: ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA

CNPJ: 33.171.503/0001-89

1. PREÂMBULO

Conforme sessão de julgamento, iniciada às 09:30 (horário de Brasília) do dia 04 de junho de 2025, reuniram-se o Pregoeiro oficial deste Órgão e respectivos membros da equipe de contratação, em atendimento às disposições contidas na Lei 14.133/21, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 90004/2025.

2. DO RECURSO

2.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece, nos incisos I e II do art. 165, a unicidade quanto ao momento de efetivação da interposição do recurso (com a apresentação das razões recursais) e quanto à apreciação do pleito recursal:

"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos."



2.2. Conforme registrado no e-mail: cpl.cmzl@ifam.edu.br, a Recorrente manifestou intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora a empresa ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA, para o Grupo 1 do Pregão Eletrônico nº 90004/2025.

2.3. O prazo limite para apresentação de recurso até 16/06/2025. Já a data final para a apresentação de contrarrazões foi até 20/06/2025. A RECORRENTE apresentou recurso dentro do prazo.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

a) Ausência de apresentação da Certidão Negativa de Insolvência Civil

Nos termos do subitem 9.24 do Edital, era obrigatória a apresentação de Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante:

"9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples."

A empresa ENGLOBAK, conforme verificado nos documentos de habilitação públicos no portal oficial, <https://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos>, não apresentou tal certidão ou o fez de maneira incompleta e sem autenticação pela Junta Comercial. O documento, além de obrigatório, é de fácil obtenção e visa comprovar a idoneidade jurídica do licitante.

b) Irregularidade nos documentos de qualificação técnico-profissional

I – Apresentação de profissional nutricionista, com registro no CRN, em quadro permanente da empresa. Conforme item 9.33.4 e 9.37 do edital, era exigida a apresentação de profissional nutricionista, com registro no CRN, em quadro permanente da empresa, com atestado de responsabilidade técnica:

"9.33.4 Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior de Nutrição reconhecido pelo Conselho Regional de Nutricionistas (art. 1º, caput, da Lei n. 8.234/1991 e art. 17 do Decreto n. 84.444/1980), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação..."

A ENGLOBAK apresentou cópia de contrato sem assinatura digital qualificada, o que invalida a comprovação documental, conforme previsto na MP 2.200-2/2001, que exige certificação digital com cadeia ICP-Brasil para validade jurídica, dando a garantia de que os acordos sejam livres de falsificação e fraudes. Não foi demonstrada também a vinculação formal do nutricionista como integrante do quadro permanente da empresa.

II - Irregularidades em sua Qualificação Técnico-Profissional, em relação a confiabilidade de seu ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

O atestado de capacidade técnica é um dos documentos exigíveis para comprovação da qualificação técnica dos licitantes que pretendem fornecer para o governo, conforme disciplina a Lei de Licitações.

O objetivo do atestado de capacidade técnica é comprovar a experiência da empresa licitante, quanto ao objeto licitado a ser contratado, mesmo não sendo detalhado na Lei de Licitações as características exatas que um atestado deve ter, com base em seu objetivo expresso pela lei, infere-se que para salvaguardar-se, o atestado deverá contemplar todas as características dos serviços prestados, deste modo, contendo:

- identificação da pessoa jurídica eminente;
- nome e cargo do signatário;
- endereço completo do eminente;
- período de vigência do contrato;
- objeto contratual;
- quantitativos executados;
- outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Comissão



de Licitação.

c) CNAE incompatível com o objeto licitado - Da desconformidade do Alvará de Funcionamento apresentado

A ENGLOBAK apresentou Alvará com CNAE primário 82.11-3-00 (Serviços combinados de escritório e apoio administrativo), absolutamente incompatível com o objeto do certame, que trata de fornecimento de refeições. Nos termos do item 9.15 do edital, exige-se que o licitante classificado em primeiro lugar apresente Alvará ou Licença de Funcionamento expedido pelo órgão competente, compatível com a atividade licitada. Entretanto, a empresa ENGLOBAK apresentou Alvará com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 82.11-3-00 – Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atividade completamente dissociada do objeto da licitação. Tal desconexão afronta diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º do Decreto nº 10.024/2019 e reiterado no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A exigência do edital é clara: o documento apresentado deve comprovar a regularidade do funcionamento da empresa em atividade compatível com o objeto contratado, e não com atividades genéricas ou administrativas.

d) Irregularidade nas demonstrações contábeis

A análise técnica (doc. anexo - NOTA TÉCNICA) apontou inconsistências entre a DRE, o Balanço Patrimonial e os índices contábeis apresentados, com omissão de dados essenciais e ausência de assinatura do contador responsável, requisito indispensável à validade formal das demonstrações contábeis, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.330/2011.

4. DA CONTRARRAZÃO

Em Relação ao Recurso da Licitante TRISEVEN SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA:

A recorrente Triseven Serviços de Terceirização Ltda. contesta a habilitação da ENGLOBAK, principalmente em relação à qualificação econômico-financeira (balanço e indicadores) e suposto descumprimento de requisitos editalícios e princípios da licitação. Com a devida vênia, as alegações da recorrente carecem de fundamento, pelos seguintes motivos:

- III.3.1. Da Regularidade da Qualificação Econômico-Financeira – Item 7.2.1.3 do Edital: A ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA apresentou o Balanço Patrimonial e demais demonstrações exigidas (DRE), devidamente assinados por profissional habilitado e registrados na Junta Comercial, em conformidade com o Item 7.2.1.3 do Edital. Mais importante, a ENGLOBAK atende a todos os índices de qualificação econômico-financeira exigidos no Subitem 7.2.1.3.1 do Edital, quais sejam:
 - Liquidez Corrente (LC): Tendo em vista que o passivo circulante (c21) da ENGLOBAK é igual a 0,00, o que denota ausência de dívidas de curto prazo, o índice de Liquidez Corrente tende ao infinito, superando em muito o requisito de ser "igual ou superior a 1". Esta condição demonstra uma solidez financeira excepcional da empresa.
 - Liquidez Geral (LG): Da mesma forma, considerando que a soma do passivo circulante (c21) e do passivo não circulante (c22) da ENGLOBAK é igual a 0,00, o índice de Liquidez Geral tende ao infinito, evidenciando que a empresa possui total capacidade de honrar seus compromissos, muito acima do exigido de ser "igual ou superior a 1".



- Grau de Endividamento Total (GET): 0,00 (menor que 0,7). Os documentos contábeis apresentados comprovam de forma inequívoca a excelente situação financeira da ENGLOBAK, atestando sua solidez e capacidade de cumprir com as obrigações contratuais decorrentes do presente certame. Não há qualquer irregularidade na qualificação econômico-financeira da empresa. Ademais, o Patrimônio Líquido (PL) da ENGLOBAK é de R\$ 4.547.752,06, valor que é significativamente superior ao Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (R\$ 224.768,00), conforme faculta o Subitem 7.2.1.3.2 do Edital, reforçando ainda mais sua robusta capacidade financeira.
- III.3.2. Da Observância dos Requisitos Editalícios e Princípios da Licitação: A ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA cumpriu rigorosamente todos os requisitos e condições estabelecidos no Edital para sua habilitação. A decisão de habilitar a ENGLOBAK está em plena consonância com os princípios da legalidade, isonomia, moralidade, julgamento objetivo, segurança jurídica e eficiência, que regem as licitações públicas, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração. A inabilitação pleiteada pela recorrente, sem fundamento fático ou legal, representaria uma violação desses princípios e do interesse público.

5. DA ANÁLISE

Passa-se à análise das peças recursais interpostas pela Recorrente e pela Recorrida, para o Grupo 1, onde alega que não foi cumprido pela Recorrida as exigências a seguir:

a) Ausência de apresentação da Certidão Negativa de Insolvência Civil

A **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, somente será exigida caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, o que não se configurou aqui, a empresa RECORRIDA apresentou sua CND municipal.

b) Irregularidade nos documentos de qualificação técnico-profissional

A empresa RECORRIDA apresentou certidão do **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região, em nome do Sr. BRUNO DE SOUSA ALMEIDA** como segue:

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL N°11041069/NET/25 Válida até 13 de junho de 2025

NOME: BRUNO DE SOUSA ALMEIDA Título/Categoria: NUTRICIONISTA DEFINITIVO CRN-11 nº: 9980. Neste caso perfeitamente dentro da validade já que o certame se iniciou no dia 04/06/2025.

Para averiguar a veracidade do Atestado apresentado, o Pregoeiro realizou diligências junto a empresa ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA, para que a mesma apresentasse cópia do contrato e notas fiscais. O que foi prontamente apresentado e publicado com o nome de **Diligência Atestados** no link: <https://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos>.

c) CNAE incompatível com o objeto lícitado - Da desconformidade do Alvará de Funcionamento apresentado

A empresa RECORRIDA apresentou o documento Aditivo 2, onde consta a alteração de objeto social e consta o seguinte CNAE:

5620-1/01 – Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas.

Sendo assim atendeu as normas editalícias.

d) Irregularidade nas demonstrações contábeis

A análise da qualificação econômico financeira foi feita pela equipe técnica que decidiu por indeferir o pedido da RECORRENTE por meio do documento com o nome de: **ANÁLISE TÉCNICA AOS RECURSOS** –



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, publicada também no link:
<https://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos>

Nossa jurisprudência já tem farta gama de decisões que repudiam o excesso de formalismo nas licitações públicas. A Empresa ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA, demonstrou aptidão para a execução dos serviços .

Esta entidade de licitação sempre pautou por decisões que ampliam a participação dos licitantes nos certames licitatórios, nesta senda, mesmo por meio alheio ao comprasnet(e-mail), esta entidade decidiu apreciar o referido recurso. A decisão desta comissão se baseia no princípio da isonomia, da igualdade e da legalidade. Encontra ainda consonância com regramento da legislação em vigor amplamente defendido pelo TCU, o de que as regras do certame, resguardada a legalidade a ser perseguida pela Administração Pública, deve sempre objetivar a busca pela ampliação da disputa.

6. DA CONCLUSÃO

Assim, ante o acima exposto, **DECIDO**:

Desta forma, **CONHECER** das razões recursais da empresa TRISEVEN SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 08.420.393/0001-02**, para no mérito julgando seu pedido **IMPROCEDENTE** na forma da Lei 14.133/2021 decidindo pela manutenção da decisão.

Manaus - AM , 23 de junho de 2025.

Marivaldo da Cruz Soares
Pregoeiro